



Assembleia Municipal

ACTA Nº 17

Acta da Assembleia Municipal de Alpiarça – Reunião Extraordinária, realizada no dia 4 de Novembro de 2011

Aos 4 dias do mês de Novembro de 2011 reuniu em sessão extraordinária no Auditório da Câmara Municipal de Alpiarça a Assembleia Municipal de Alpiarça. Esta sessão foi dirigida por uma mesa constituída pelo Presidente, Mário Raul Santiago do Céu, e pelos secretários Ana Paula Agostinho Matias e João Vasco Rodrigues Peixinho. Compareceram a esta Assembleia os seguintes deputados: João Manuel de Jesus Brito, Maria Graciete Agostinho Brito, João Pedro Antunes Osório, Fernando Manuel Neves Ramalho, Lúcio António Vieira Amaral, Henrique Miguel Caetano Santana, Ana Margarida Vences Rosa do Céu, Inês Nóbrega D'Aguiar, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, Marco António Heleno Domingos da Silva, Paulo Duarte Paulino Sardinheiro e Orlando Manuel Isidoro Marques. Estiveram ainda presentes os vereadores Maria Regina Ferreira, Sónia Sanfona Mendes, João Pedro Arraiolos e Carlos Pereira, bem como o Presidente da Câmara, Mário Pereira.

O Presidente da Assembleia deu início à sessão eram 21 horas e 48 minutos, assinalando em seguida a ausência de um deputado da bancada do PS.

Período de Intervenção do Público

Após inscrição, interveio o munícipe Ricardo Vaz. O munícipe começou por ler uma passagem da Acta da Reunião de Câmara de 8 de Setembro de 1999, na qual o próprio sugeria ao Executivo Camarário da altura que se atribuisse o nome de Lima Fernandes ao velódromo do Estádio Municipal como forma de prestar uma justa homenagem a dois grandes ciclistas de Alpiarça, pai e filho homónimos. Nessa ocasião a proposta do munícipe foi rejeitada dado que o Estádio Municipal já tinha sido baptizado com o nome de Dr. Raul José das Neves, sendo que a pista de ciclismo fazia parte do complexo já nomeado. Nessa ocasião o Executivo comprometeu-se em encontrar outra solução para a justa homenagem a Lima Fernandes. O munícipe lamentou por isso que essa solução só tenha sido encontrada 11 anos depois, já com outro Executivo, e a título póstumo. Não obstante, o munícipe congratula-se por finalmente a merecida homenagem estar agendada, mesmo que considere que a homenagem não tenha a dimensão que o ciclista alpiarcense merecia e lamenta não ver o nome de Lima Fernandes associado a algum espaço relacionado com o ciclismo em Alpiarça.

O Presidente da Câmara explicou que para a homenagem que se vai prestar ao falecido Lima Fernandes se constituiu uma comissão de honra e que, após contacto com a família, se decidiu atribuir o nome de António Lima Fernandes à rua que actualmente se chama Rua Marechal António de Spínola. A escolha da rua prendeu-se com variadas razões, mas o Presidente salientou que aquela era uma rua muito próxima da residência do conterrâneo. O Presidente salientou também que sempre que se impõe substituir o nome de uma rua já baptizada se levantam algumas opiniões legitimamente discordantes, mas assume a escolha do Executivo. Deixou ainda aberta a possibilidade de não restringir as homenagens a Lima Fernandes à iniciativa em curso.

Sobre este assunto interveio o deputado Fernando Ramalho. O deputado afirmou discordar plenamente da decisão de retirar o nome Marechal António de Spínola a uma rua, isto sem prejuízo de considerar justíssima, e até escassa, a homenagem que se pretende fazer a Lima Fernandes. O deputado realçou que se foi escolhida inicialmente o António de Spínola para patrono daquela rua por alguma razão terá sido, e lembrou que o Marechal António de Spínola foi o primeiro Presidente da República democrática após o 25 de Abril, acontecimento histórico no qual também esteve envolvido, além de ter participado na vida política e pública do país num dos seus períodos mais conturbados da sua história. Lembrou por fim os regimes políticos que tinham departamentos especializados no apagamento de dados históricos a fim de reformular a história a seu bel-prazer, e fez votos para que este incidente não se torne recorrente em Alpiarça, até porque mais tarde pode vir outra força política e, a seguir este exemplo, procederia a uma nova renomeação das ruas de Alpiarça ao sabor da circunstância, o que seria de todo indesejável.

Interveio em seguida o deputado João de Brito. O deputado começou por informar a Assembleia que foi convidado para integrar a comissão de honra para a homenagem a Lima Fernandes e que aceitou com muito gosto esse convite dado que Lima Fernandes foi-lhe um grande amigo de sempre. Quanto à rua escolhida e à substituição do nome, o deputado afirmou também não concordar sem reservas com a alteração, mas aceita que é uma tomada de posição legítima do Executivo, até porque a criticar esta decisão teríamos de criticar tantas outras idênticas tomadas pelos executivos anteriores, nomeadamente a substituição da Praça José Relvas pela Praça José Pinhão. De resto, o deputado entende que a homenagem mais justa ao Lima Fernandes seria atribuir o seu nome ao largo em frente do Clube Desportivo “Os Águias”.

Por fim, interveio sobre este assunto o deputado Celestino Brasileiro. O deputado afirmou considerar justa esta homenagem e acrescentou que a homenagem que a Autarquia vai fazer a Lima Fernandes não impede que o clube do seu coração lhe faça também uma outra noutro contexto. De resto, o deputado estranhou que em resposta à intervenção do munícipe Ricardo Vaz sobre o conterrâneo Lima Fernandes, o deputado Fernando Ramalho tivesse feito uma intervenção sobre o António de Spínola.

Terminado o período de intervenção do público, o Presidente da Mesa lembrou que, sendo esta uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal, não há lugar a período antes da ordem do dia, período durante o qual normalmente se apresentam as

moções e votos que as bancadas querem fazer aprovar. No entanto, depois de ter sido discutido o assunto previamente com todas as bancadas, foi consensual que, a título excepcional, se votasse um voto de pesar pelo falecimento do munícipe e vereador em funções até à data da sua morte, Mário Peixinho, conquanto esse voto de pesar não tenha efeitos legais dado o carácter extraordinário desta sessão. Chegou-se também a consenso relativamente ao conteúdo do voto de pesar, que assim será apresentado em nome de todas as bancadas. O Presidente da Assembleia passou a ler o voto de pesar pelo falecimento do Vereador Mário Peixinho, documento que se anexa a esta acta.

Posto à votação, o voto de pesar pelo falecimento do Vereador Mário Peixinho foi aprovado por unanimidade.

Fez-se em seguida um minuto de silêncio na Assembleia, mediante proposta do Presidente da Mesa, em memória do homem e do autarca Mário Peixinho.

O Presidente da Câmara aproveitou para, em nome de todo o Executivo, agradecer a todos aqueles que de forma institucional fizeram chegar à Câmara de Alpiarça o seu sentimento de pesar pelo falecimento do Vereador Mário Peixinho.

Período da Ordem do Dia

Porque se previa que o primeiro ponto da ordem de trabalhos fosse mais moroso que o segundo, o Presidente da Mesa propôs que se alterasse a disposição da ordem de trabalhos, não tendo havido qualquer oposição a essa sugestão.

Ponto 2 – Apreciação e votação do Regulamento do Serviço de Refeições

O Presidente da Câmara começou por explicar que não havia ainda até agora um documento aprovado nos órgãos autárquicos que definisse as regras para o funcionamento do serviço de refeições, pelo que este documento vem suprir essa lacuna. Em geral, a nível prático, não existem grandes alterações àquilo que é agora o funcionamento normal das cantinas sob a tutela da Autarquia, com excepção do que se refere à aquisição das senhas, normas explicitadas no artigo 7º do documento.

Sobre este assunto interveio a deputada Graciete Brito, apresentando algumas reservas precisamente no que respeita ao artigo 7º. A deputada discorda que as pessoas tenham de se deslocar ou à tesouraria da Câmara ou ao Gabinete de Apoio ao Munícipe para adquirirem as senhas de alimentação. Defendeu a deputada que não é esta uma prática frequente nas escolas que conhece, dado que as senhas são normalmente adquiridas na própria escola.

Interveio em seguida a deputada Inês D'Aguiar. A deputada explicou à deputada Graciete Brito que actualmente, e pelo menos desde há 6 anos para cá, as alimentações das crianças do 1º ciclo são pagas nos locais que o documento destina para esse efeito, pelo que esta prática não constitui nenhuma novidade.

Intervenção do deputado Fernando Ramalho. O deputado concorda com as palavras da sua colega de bancada Graciete Brito, perguntando se a Câmara não tem capacidade técnica para cobrar as senhas na própria escola.

O deputado Marco Silva interveio para esclarecer que os pais não podem entrar na escola a não ser em situações devidamente previstas, pelo que não é viável que os pais comprem as senhas na escola, e também não é viável, na opinião do deputado, que os pais entreguem aos filhos de 6 a 10 anos o dinheiro para a aquisição das senhas de alimentação.

A deputada Graciete Brito repudiou a ideia de que os pais não possam entrar na escola para adquirir as senhas.

O Presidente da Câmara interveio explicando que ter funcionários da autarquia nas escolas a cobrar as senhas podia ser mais cómodo, mas que tal só seria viável se a autarquia pudesse ter mais funcionários. De resto, não há nada a estranhar nesta prática, dado que ela foi implementada há muitos anos atrás e é partilhada por muitas escolas por todo o país. Por último, o Presidente assegurou que, no caso de alguma criança perder a senha ou não ter conseguido adquiri-la para determinado dia, as instruções que dará é para que nenhuma criança fique sem almoçar em nenhuma circunstância.

Posto à votação, o regulamento do serviço de refeições foi aprovado por unanimidade.

Ponto 1 – Apreciação e discussão do Relatório Semestral de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro

O Presidente da Câmara começou por explicar que este relatório surge na sequência do cumprimento da legislação que enquadra os planos de saneamento financeiro, que obriga à elaboração deste documento e subsequente aprovação em Reunião de Câmara e Assembleia Municipal. Este documento corresponde pois ao primeiro semestre de execução do plano de saneamento. Quanto às apreciações, o Presidente começou por dizer que o plano está a ser cumprido com sucesso e a atingir globalmente os seus objectivos. O Presidente lembrou que quando este Executivo tomou posse a Autarquia tinha uma dívida global de 13 milhões e 300 mil euros, sendo que quase 6 milhões de euros eram dívidas a curto prazo a fornecedores, para uma receita global de 7 milhões e 600 mil euros em 2009. A agravar este cenário havia a situação de incumprimento do limite legal de endividamento, o que levou a que uma grande fatia das verbas destinadas à Autarquia ficasse retida desde 2008, não obstante ter-se conseguido negociar o montante da verba retida a fim de penalizar o menos possível a Autarquia. Durante este tempo houve por isso uma forte pressão por parte dos fornecedores que exigiam o pagamento que lhes era devido pelo fornecimento de materiais ou prestação de serviço, e pendia sobre a Câmara várias ameaças de penhoras, algumas das quais chegaram a ser executadas temporariamente. Para fazer face a este cenário procurou seguir-se um caminho de rigor na gestão das contas do município e de corte responsável na despesa, sinal que o Tribunal de Contas terá levado em conta na hora de decidir aprovar o Plano

Financeiro que a Autarquia apresentava. O Presidente afirmou também acreditar que estes sinais que o Executivo foi dando contribuíram de forma decisiva para a recuperação da credibilidade do Município de Alpiarça perante as entidades exteriores com quem se relaciona. Relativamente à execução do plano de saneamento financeiro, o Presidente informou que se procedeu ao pagamento a todos os fornecedores naquela que foi a maior operação de dinamização da actividade económica do nosso Concelho e da região, que possibilitou a empresas que estavam com grandes dificuldades receber dinheiro que nalguns casos muito contribuiu para a sua sobrevivência e que permitiu à Autarquia poupar as centenas de milhares de euros que teria de pagar em juros da dívida e juros de mora. Para além disso, permitiu também que o Município recuperasse credibilidade junto dos seus parceiros em entidades supra-municipais através do pagamento de dívidas às várias comunidades intermunicipais, revertendo a situação de incumprimento em que o município se encontrava. Em suma, trata-se do plano que o PS, enquanto esteve à frente dos destinos da Autarquia de Alpiarça, devia ter aprovado e não aprovou, levando a situação até ao ponto em que este Executivo encontrou as finanças da Autarquia.

O Presidente aproveitou ainda para afirmar que este é o local indicado para discutir e assumir as divergências políticas entre as diferentes forças políticas e repudiou as muitas atoardas que têm dirigido a este Executivo, algumas delas revelando muita cobardia e indignidade por parte de quem as profere, assumindo o nome ou anonimamente, revelando preconceito anti-comunista.

Mesmo com esta herança, com o agravar da situação por via dos cortes nas transferências do orçamento de estado, e com o previsível abaixamento de receita do município dada a conjuntura económica actual, entende o Presidente que a CDU está a fazer obra em Alpiarça, garantindo não só o regular funcionamento dos serviços prestados à população mas também apresentando obra realizada de importância muito superior àquela que foi apresentada pelo PS nos últimos anos que esteve à frente dos destinos da Autarquia, sendo que a obra da CDU foi realizada sob condições muito mais difíceis. O Presidente apontou a título de exemplo as obras do novo Centro Escolar e da remodelação da Casa dos Patudos, bem como outras obras de vulto que tiveram lugar nas diversas escolas do Concelho. O Presidente informou também que Alpiarça tem uma das taxas de execução mais altas de todos os municípios da lezíria do Tejo por via da execução dos fundos comunitários do quadro de referência estratégica nacional. Para além disso, foram concluídas e pagas na íntegra as obras de reformulação da Praça Vasco da Gama; foi concluído o contrato programa da área fronteira à Zona Industrial, sob o qual pendia a ameaça de a Autarquia ter de devolver verbas que já tinha recebido para essa obra que devia ter sido terminada em 2008; executou-se um contrato programa de recuperação de estradas e caminhos municipais afectados pelas intempéries em Dezembro de 2009; e ao nível das águas e saneamento, neste momento está a ser investido em Alpiarça 7 milhões e meio de euros através da participação da Autarquia na empresa intermunicipal Águas do Ribatejo. Tudo isto prova, segundo o Presidente, que, ao contrário do que tem sido dito, não houve desinvestimento em Alpiarça, bem pelo contrário. Se houve pequenas empresas que tiveram dificuldades no último ano, também é verdade que houve um acréscimo de investimento na Monliz e a abertura de uma nova fábrica na Zona Industrial.

Por último, o Presidente informou que até 7 de Outubro já se tinha foi cumprido 91% da regularização das dívidas que estavam inscritas no plano de saneamento financeiro, sendo que os 9% em falta estão pendentes de negociações que ainda estão em curso, do desfecho de processos de insolvência dalgumas empresas, e do pagamento de 300 mil euros à ADSE, entidade com a qual já existe também acordo para pagamento.

Intervenção da deputada Paula Matias que fez um apelo ao bom senso de todas as bancadas para que haja dignidade na condução dos trabalhos nesta Assembleia. A deputada afirmou ser muito desagradável para os elementos que constituem a mesa da Assembleia estar a ouvir constantemente cochichos e manifestações de impaciência por parte das várias bancadas e enquanto um eleito ou o Executivo estão a fazer a sua intervenção.

Intervenção do deputado Fernando Ramalho. O deputado começou por se referir às declarações do Presidente sobre o investimento das Águas do Ribatejo em Alpiarça. Em princípio não teria nada a opor: que o investimento está a ser feito e é benéfico é uma evidência, mas o deputado lembrou que no passado a CDU sempre esteve contra a participação de Alpiarça nesta empresa intermunicipal, pelo que estranhou as declarações do Presidente que parecia militar noutra partido que não aquele que se opôs terminantemente à constituição desta empresa. Referiu-se em seguida à noção de obra feita deste Executivo. O Presidente disse que se fez um grande investimento para a recuperação do Museu dos Patudos, mas a verdade é que a comparticipação da Câmara foi de apenas 200 mil euros contraídos em empréstimo ao Banco Europeu sob condições vantajosas para a Autarquia, sendo que o resto estava assegurado pelos fundos comunitários. O deputado perguntou pois onde é que está a grande obra que a Câmara está a fazer, acrescentando que mal seria se a Câmara não utilizasse o dinheiro que já estava disponível. Relativamente aos caminhos estragados pelas intempéries, o deputado lembrou que era um programa do Governo e que a Câmara se limitou a utilizar o dinheiro que foi transferido para esse fim. Já quanto ao elogio à implementação de empresas na Zona Industrial, o deputado lembrou a recorrente má vontade da CDU contra os investimentos em Alpiarça, acrescentando que se há investimento na Zona Industrial deve-se sobretudo à visão estratégica das pessoas que estiveram à frente da Autarquia nos últimos anos. Referiu-se também, repudiando-as, às calúnias feitas a coberto do anonimato em locais da internet, no que concorda plenamente com o Presidente, mas lembrou que no passado se assistiu a assassinatos de carácter e a crimes brutais contra a honra e a dignidade de muita gente neste terra sem que se tenha ouvido alguma vez um responsável da CDU repudiar em público essa prática. Por último, o deputado referiu-se à dívida à ADSE, dívida de que este Executivo fez um cavalo de batalha contra os anteriores executivos que a deixaram protelar e agravar. O deputado declarou que foi com espanto que viu que afinal, mesmo depois da aplicação do plano de saneamento financeiro, essa dívida ainda está por pagar. O Presidente afirmou que a dívida seria discutida a partir de 2012, pelo que o deputado perguntou qual a razão para este adiamento e se afinal não havia certeza sobre qual seria o montante da dívida quando ela foi assumida no rol da dívidas no início do mandato.

Interveio em seguida a deputada Graciete Brito, começando por concordar com a secretária da Mesa quando diz que é desagradável que surjam comentários

paralelos quando alguém fala. Acrescentou contudo que essa prática é consequência dos comícios a que os deputados são obrigados a assistir nesta Assembleia, nos quais se repetem exaustivamente as mesmas coisas que foram ditas em sessões anteriores, como aconteceu durante a intervenção do Presidente que, por essa razão, apelidou de maçadora e cansativa. Relativamente às obras mencionadas pelo Presidente, a deputada estranhou que se referisse à obra dos arranjos exteriores na área fronteira à Zona Industrial, dado que no local só encontrou ervas e não as proclamadas oliveiras. Quanto ao plano de saneamento financeiro, a deputada lembrou que a dívida da Autarquia foi apenas adiada e não está ainda saldada; deixou de ser dever aos fornecedores para se passar a dever ao banco, pelo que se terá ainda de encontrar uma solução para a dívida. Já no que respeita ao relatório propriamente dito, a deputada lembrou que o PS não aprovou este plano por o considerar confuso e que este relatório apresenta exactamente os mesmos defeitos, apresentando para fundamentação da sua afirmação um exemplo retirado do texto no qual é apresentado um valor percentual sem que, segundo a deputada, se refira a um valor absoluto do qual se tenha feito a estimativa. Pegando no mesmo exemplo, no qual se refere que os gastos com trabalho extraordinário desceram 17%, a deputada afirmou que o ideal seria que essa redução tendesse para os 100%, significando com isto que a autarquia conseguiria resolver a maioria das situações com os seus funcionários. Para além disso, a deputada criticou o que considera o deslante de incluir a criação de uma central electrónica de compras para o Município, quando quem criou essa central electrónica foi a CIMLT, sendo que a Autarquia se limitou a aderir ao projecto depois de essa adesão ter sido aprovada por esta Assembleia.

Intervenção do deputado João de Brito. Antes de entrar na discussão do relatório, o deputado frisou que na realização de obras há mérito de todas as partes envolvidas, sejam aqueles que começam a obra, sejam aqueles que a terminam. Sobre o relatório, o deputado corroborou as palavras da deputada Graciete Brito considerando o documento confuso e lacónico, referindo-se concretamente ao exemplo da deputada e acrescentando outro relativamente ao valor da redução que a implementação da central de compras electrónica veio trazer. O deputado referiu-se também à redução de despesa em juros e juros de mora, manifestando incompreensão relativamente a esta asserção dado que assume que para reduzir juros é necessário reduzir os anos da hipoteca, e esta hipoteca foi feita por 12 anos. O deputado perguntou pois se houve já pagamentos antecipados para reduzir os juros ou se a receita aumentou exponencialmente, porque só assim entende a redução dos juros. Sobre a dívida à ADSE o deputado perguntou se o acordo de que o pagamento da dívida está pendente irá contabilizar juros de mora por este adiamento até 2012 para a resolução do problema. Quanto ao pagamento da dívida à Planotejo, o deputado perguntou a quem é que foi pago este dinheiro, dado que a Planotejo faliu. Perguntou também pelo motivo pelo qual a dívida à empresa João Salvador não foi ainda paga.

Tendo chegado a meia-noite, o Presidente colocou à votação da Assembleia a continuação dos trabalhos desta sessão, tendo a continuação dos trabalhos sido aprovada por maioria com uma abstenção.

Tendo-se verificado a ausência do deputado e 2º Secretário da Mesa, João Peixinho a partir da meia-noite, o Presidente da Mesa solicitou que algum eleito se

disponibilizasse para substituir na Mesa este deputado. O deputado Orlando Marques assumiu, pois, o lugar de segundo secretário da Mesa a partir desta hora.

Intervenção do deputado Celestino Brasileiro. Antes de se referir ao documento em discussão, o deputado esclareceu que durante os últimos mandatos sempre a CDU se manifestou contra qualquer forma de ataque sob anonimato e lembrou os discursos de um Presidente de Câmara eleito pelo PS que não raras vezes terminava em ovação em plena Assembleia Municipal. Relativamente ao plano de saneamento, o deputado relembrou que a situação financeira do município de Alpiarça era, no final de 2009, catastrófica. Tal situação exigiu uma resposta rápida que em boa hora foi dada por este Executivo, apesar de essa resposta rápida ter esbarrado durante um ano e meio na teia burocrática do Tribunal de Contas. O deputado passou a descrever com a apresentação dos valores das dívidas, que na soma do deputado acrescia de um milhão e meio de euros de dívidas que não estavam contabilizadas no balanço financeiro, a situação ruínosa em que este Executivo encontrou a Autarquia. Paralelamente à situação financeira da Autarquia estavam lançadas duas obras de relevante valor, cuja sustentabilidade financeira era muito precária. A acrescentar, estavam já iniciadas as obras de recuperação da Casa dos Patudos, sem que se tivesse feito aprovar o financiamento QREN, desbloqueado já por este Executivo. O deputado entende que a primeira tarefa deste Executivo foi pois recobrar a credibilidade da Câmara, tornando-a uma entidade séria e cumpridora dos seus compromissos, tarefa tanto mais difícil quanto os credores pressionavam fortemente a Câmara, tendo estes inclusivamente penhorado alguns dos bens da Autarquia. O deputado defendeu ainda que em boa hora a Câmara partiu para a implementação do plano de saneamento financeiro porque, dada a conjuntura económica actual, seria muito mais difícil à Câmara poder sair da situação catastrófica em que se encontrava. No entanto, as dificuldades ainda não foram ultrapassadas, uma vez que o plano de saneamento exige o cumprimento das metas e objectivos intermédios durante a sua duração, o que num clima recessivo e de redução na transferência de verbas para as Autarquias como o que vivemos se afigura tarefa árdua.

Em suma, o deputado declarou que a CDU vai aprovar este relatório não só porque todos os objectivos constantes no plano de saneamento foram cumpridos, não só porque foi atingida uma gestão equilibrada de acordo com os parâmetros exigidos pelas competências da Autarquia, mas também porque apesar das restrições com que a Câmara se deparou foi possível continuar a perseguir o objectivo pelo qual essa força política se candidatou, isto é, tornar Alpiarça melhor.

Intervenção da deputada Inês D'Aguiar. A deputada afirmou não poder deixar de começar a sua intervenção fazendo notar com repúdio a crescente falta de educação a que se assiste nesta Assembleia por parte da deputada Graciete Brito. Quanto ao mais, a deputada lembrou que falar do plano de saneamento financeiro é falar obrigatoriamente do trabalho do PS à frente da Autarquia, cuja gestão levou à situação que a CDU encontrou e que urgia remediar. Por ter tido essa coragem e visão, a deputada deu os parabéns a este Executivo, que tem feito um óptimo trabalho dentro das dificuldades que tem encontrado, e repudiou as afirmações que dizem que Alpiarça está num marasmo, acusação que a deputada entende na medida em que efectivamente este Executivo poderia fazer muito mais, não fosse a péssima situação financeira em que veio encontrar a Autarquia. A deputada acusou o PS de esconder o

problema que estava a criar, o que levou ao seu agravamento, e enalteceu a atitude da CDU de assumir o problema e procurar soluções para ele, no que considera ser a primazia dada por este partido à honestidade, conquanto essa atitude possa ter as suas consequências ao nível da satisfação dos munícipes, que naturalmente querem sempre mais. Ainda assim, a CDU conseguiu fazer obra importante e arranjar dinheiro para a pagar, ao contrário do PS cujo lema era fazer obra sem pagar, e muitas vezes obras sem relevância para o Município, dado que a sua utilização pela população é manifestamente escassa. A título de exemplo a deputada referiu-se ao parque de estacionamento subterrâneo, uma obra de encher o olho que não serve a população, ao contrário da obra que a CDU tem feito que visa ir ao encontro das necessidades mais prementes das pessoas, como sejam a obra no edifício da Escola do 1º ciclo, os esforços que a Câmara desenvolveu para conseguir um reforço de efectivos da GNR no Concelho, ou o devido acautelamento das condições para que os médicos cubanos pudessem exercer em Alpiarça. Por último, a deputada comentou que durante anos e anos ninguém no PS se preocupou com a dívida à ADSE, já neste mandato foi sugerido por parte da bancada desse partido que se continuasse a ignorar a dívida, e agora acham muito estranho que esta dívida não esteja paga.

Intervenção da deputada Graciete Brito em defesa da honra. A deputada lembrou à deputada Inês D'Aguiar que quando esta chama mal-educada a uma parceira na Assembleia está a virar a acusação contra ela mesma. Sobre a alegada falta de honestidade da bancada do PS, a deputada mencionou uns arrivistas que chegaram a esta terra no pós-25 de Abril e que protagonizaram situações muito pouco honestas.

Intervenção do deputado Paulo Sardinheiro. O deputado começou por concordar com a deputada Inês D'Aguiar quando esta diz que é natural que as pessoas estejam insatisfeitas. Relativamente às obras anunciadas no último boletim municipal, o deputado estranha que se diga constantemente que essas são obras do corrente Executivo porque na verdade não são, dado que as obras de que a CDU se vangloria são obras lançadas pelo anterior Executivo, que teve visão para perceber a necessidade de as executar. Quanto às obras de pintura, arranjos ou adequação de espaços, o deputado argumentou que se trata de obras que se inserem na rubrica da manutenção dos equipamentos e não propriamente de obra feita. Relativamente aos quadros interactivos, o deputado afirmou que seria importante que a Câmara reforçasse a formação aos professores para que esse instrumento pudesse ser utilizado. O deputado acrescentou ainda que se este Executivo tem dificuldades para fazer a gestão diária da tesouraria, mais dificuldades e mais pressão teria o anterior Executivo que, mesmo com uma dívida a fornecedores de mais de 6 milhões de euros, fazia muito mais obra que este Executivo. A opção deste Executivo foi o de transferir essa dívida a curto prazo para dívida a longo prazo a fim de retirar essa pressão dos fornecedores, mas mesmo sem esse peso que acrescentou margem de manobra para gerir a Autarquia este Executivo não teve uma acção muito satisfatória. O deputado referiu-se ainda às declarações da deputada Inês D'Aguiar sobre o parque de estacionamento subterrâneo, lembrando que o plano urbano para aquela zona está composto por um conjunto de espaços comerciais e de outros serviços e facilidades nas proximidades que, por sua vez, implicam fluxo de pessoas e veículos, pelo que o parque subterrâneo se apresenta como um investimento decisivo para o futuro. Em suma, o deputado explicou que está insatisfeito porque aquilo que a Câmara tem feito

ao nível de manutenção e gestão do equipamento que existe não atraiu nenhuma nova fábrica para a Zona Industrial nem fez nenhuma obra de beneficiação que pudessem contribuir para essa atracção, a segurança nos campos agrícolas continua ameaçada, não estão a ser reabilitados os prédios degradados, não se vêem novas empresas a nascerem no município, etc. Relativamente ao relatório propriamente dito, o deputado relevou a crítica da deputada Graciete Brito sobre a ausência de valores absolutos para as percentagens exibidas e da ausência de menção ao valor da redução em algumas das rubricas em que se refere apenas que existiu redução. O deputado considera que ficava bem ao Executivo tornar este instrumento mais objectivo e menos político.

Intervenção do deputado João Osório. Sobre a acusação de que a intervenção do Presidente da Câmara foi cansativa, o deputado entende existir uma contradição quando o deputado Paulo Sardinheiro apelava na sua intervenção à transparência e objectividade da CDU, dado que não está a ver como é que o Presidente podia ser mais transparente e mais claro na exposição da gestão da Autarquia do que foi no seu discurso. Em relação à obra feita, o deputado lembrou que a gestão PS fez a sua maior obra nos anos 1999, 2000 e 2001, isto é, nos primeiros anos de mandato, exactamente porque nessa altura lhe calhou pôr em execução todos os projectos que a CDU tinha deixado preparados antes de perder as eleições. Quanto à questão das fábricas e à posição da CDU quanto a essa matéria, o deputado esclareceu que nessa altura a única reticência da CDU tinha que ver com o devido acautelamento para que as novas fábricas cumprissem todos os requisitos ambientais, acautelamento que não foi feito, com os prejuízos para o Concelho que se conhecem. Quanto às Águas do Ribatejo, o deputado esclareceu que a CDU sempre se opôs ao facto de existir 49% de capital privado na constituição da empresa e nunca ao facto de existir a empresa e do Município de Alpiarça a ela aderir. Relativamente ao empréstimo para a obra da Casa dos Patudos, que alegadamente reduziria, segundo o deputado Fernando Ramalho, o mérito do Executivo na execução desta obra, o deputado lembrou que apesar de o financiamento ter sido garantido pelo Banco Internacional e, portanto, ter sido conseguido em condições mais favoráveis, não implica que a Autarquia de Alpiarça não o tenha de pagar, pelo contrário. Já no que respeita à comparticipação para a reparação de estradas e caminhos rurais afectados pelas intempéries, o deputado esclareceu que o financiamento é de apenas 60% dos 750 mil euros do custo da obra. Relativamente à Zona Industrial e aos arranjos exteriores na zona frontal, cumpriu ao deputado esclarecer que se a Câmara Municipal não terminasse aquela obra ficaria obrigada a devolver todo o dinheiro de um milhão de euros graças à gestão rigorosa que este Executivo tem vindo a seguir. que para a sua realização tinha sido transferido, pelo que aquela foi a obra que se conseguiu fazer sem dinheiro, uma vez que o dinheiro que a Câmara tinha recebido para a executar já estava todo gasto. Sobre a alegada confusão do plano de saneamento financeiro, o deputado explicou que a dificuldade do Tribunal de Contas em aprovar teve que ver essencialmente com a ocultação das contas por parte do anterior Executivo e com as dívidas contraídas por esse mesmo Executivo que não tinham sido contabilizadas. De resto, relativamente ao plano de saneamento, o deputado informou que a dívida da autarquia, tendo sido transferida para médio/longo prazo e, portanto, não tendo desaparecido, já foi encurtada em mais

Intervenção do deputado Marco Silva. O deputado reagiu com estranheza às declarações do deputado Paulo Sardinheiro, que atribuía visão estratégica ao PS pelas obras que lançou e desvalorizava o trabalho da CDU em conseguir dinheiro para pagar as obras que entretanto foi concluindo, obras que não teriam mérito, segundo esta lógica, porque fazer obra com dinheiro para a pagar é fácil. O deputado estranhou também que se defenda a importância do parque de estacionamento subterrâneo quando o parque tem uma utilização muito restrita e que se acuse o Executivo de não ter contribuído para a cativação de novas empresas quando se instalaram em Alpiarça pelo menos duas empresas de grande dimensão. O deputado lamentou por fim que se tenha perdido esta oportunidade para discutir o plano de saneamento financeiro e se tenha utilizado o tempo para discussões paralelas.

Intervenção do deputado João de Brito. Quanto à insinuação da deputada Inês D'Aguiar de que o reforço dos efectivos da GNR se deveu aos esforços do Presidente da Câmara, o deputado lembrou que o PSD e o PS também contribuíram para que a sensibilização dos responsáveis por esta área da administração do território tivesse os resultados pretendidos, já que estiveram presentes na reunião com o Secretário de Estado da Administração Interna.

A este propósito, a deputada Inês D'Aguiar lembrou o deputado João de Brito que as forças da oposição só estiveram presentes na reunião com o Secretário de Estado porque o Executivo o permitiu e incentivou, ao contrário do que aconteceu no tempo da gestão socialista, quando a proposta de reunir todas as forças políticas de Alpiarça com o governo para tratar esta matéria foi votada nesta mesma Assembleia, mas a reunião nunca chegou a acontecer porque o Presidente de Câmara da altura assim o não entendeu.

Antes de passar a palavra ao Presidente da Câmara para prestar os devidos esclarecimentos, o Presidente da Assembleia lamentou que os eleitos pela população de Alpiarça neste plenário discutam tudo menos o que verdadeiramente interessa a quem os elegeu e aos quais devem prestar um serviço sério e condigno. O Presidente da Mesa lembrou que ainda ninguém levantou uma única questão para perceber se o plano de saneamento financeiro está a ser cumprido ou não, que é, no fundo, a única coisa que está verdadeiramente em discussão neste ponto.

Intervenção do Presidente da Câmara. Começando pela última intervenção, o Presidente considerou que o deputado João de Brito não foi justo para com a intervenção da deputada Inês D'Aguiar, até porque ela evidenciou desde logo os limites de intervenção da Autarquia nesta matéria que não é competência sua. Por outro lado, nunca a Câmara negou o papel das outras forças políticas, pelo contrário, sempre foi sua opinião que era fundamental que nesta e noutras questões as forças políticas se unissem para fazer pressão à Administração Central.

Quanto às questões do deputado Fernando Ramalho, a propósito das Águas do Ribatejo, o Presidente reconheceu a importância do investimento que está a ser feito em Alpiarça mas lembrou que a participação do município nesta empresa tem o reverso da perda da receita, uma das principais para o Município, provinda do pagamento do serviço por parte dos consumidores.

Sobre a alegada falta de visão estratégica deste Executivo, que actuaria por inércia ao sabor do dinheiro que lhe ia sendo atribuído, o Presidente contestou a acusação lembrando que, no âmbito da contratualização das verbas dos fundos comunitários através da CMILT, a parte que cabia ao Município de Alpiarça foi utilizada por opção do anterior Executivo, com os votos a favor da CDU, nas obras do Centro Escolar e da Casa dos Patudos, e que para a concretização dessas obras o anterior limitou-se a abrir concurso público. A grande visão estratégica do PS teria sido então essa, a de apresentar a candidatura e, dentro da verba que cabia ao município de Alpiarça, ter conseguido que ela fosse aprovada.

Quanto à acusação de que o seu discurso seria cansativo, o Presidente defendeu-se dizendo que é natural que se valorize o trabalho que se desenvolveu, até porque dificilmente, fosse em que circunstância fosse, ele seria valorizado pela oposição, bem pelo contrário.

Sobre a zona fronteira à Zona Industrial, o Presidente reforçou a explicação que já tinha sido dada, lembrando que se a Câmara não desse por concluída a obra teria de devolver o dinheiro com que tinha sido financiada, pelo que se optou pela solução mais célere, até porque entretanto o dinheiro já tinha sido gasto ainda durante o anterior mandato. Em todo o caso, as oliveiras foram lá colocadas.

Já quanto à acusação de que o relatório não era suficientemente claro, o Presidente defendeu-se afirmando que constam no relatório quadros que respondem às questões que foram colocadas, assim tivesse havido uma leitura aprofundada do documento.

Quanto à ideia de que o ideal seria deixar de haver trabalho extraordinário, o Presidente explicou que isso é impossível, a não ser que haja uma proposta concreta da bancada do PS para acabar com os Bombeiros Municipais em Alpiarça, porque de outra forma não há volta a dar. Em todo o caso, o valor gasto em 2009 com trabalho extraordinário foi exactamente o dobro daquele que é gasto actualmente, pelo que o Presidente sugeriu à bancada do PS que perguntassem ao anterior Executivo como é que justificava que se gastasse todo esse dinheiro com trabalho extraordinário.

Quanto à Central de Compras CIMLT, à qual a Câmara aderiu como membro da citada entidade, o Presidente esclareceu que já existiram uma série de concursos em conjunto através dessa central de compras com os quais o Município de Alpiarça beneficiou ao nível da redução de custos através dos contratos que celebrou de adjudicação de serviços ou outros. Um dos objectivos do Plano de Saneamento Financeiro era a redução da despesa e esta adesão vem mencionada como mais uma plataforma para atingir esse objectivo.

Já no que respeita à dívida à Planotejo, o Presidente esclareceu que o montante foi pago ao gestor da massa falida dessa empresa.

Relativamente aos quadros interactivos, bem como à compra de outro material informático nas escolas, o Presidente afirmou que a colocação deste equipamento obedece a uma visão estratégica para a educação. Quanto à formação dos professores, não é essa ainda uma competência da Autarquia. De qualquer forma, no

âmbito da aquisição dos quadros interactivos houve umas sessões de formação dada pela empresa que forneceu o equipamento.

Quanto à pressão dos fornecedores, o Presidente reconheceu que, efectivamente, o pagamento das dívidas possibilitou uma relação muito mais salutar e descomprimida com eles. De facto, uma relação como a que existia tornava as coisas muito mais difíceis, e o Presidente só lamenta que o anterior Executivo nada tivesse feito para mudar a situação.

Por último, relativamente à segurança nos campos agrícolas, outro assunto que foi falado nesta sessão, o Presidente afirmou que o reforço de efectivos na GNR é um bom contributo para zelar pela segurança dos campos, até porque quem tem esta competência é o Ministério da Administração Interna.

Para responder às restantes questões, tomou a palavra o Vereador Carlos Pereira. Relativamente à dívida à ADSE no valor de 344 mil euros, o Vereador lembrou que no orçamento ela entrava na rubrica das facturas em conferência porque o orçamento já estava incomportável com as dívidas que entretanto tinham sido calculadas. A decisão de colocar essa dívida nessa rubrica orçamental foi tomada depois de se consultar a ADSE, que deu o seu aval a esta decisão, sendo que a Câmara se comprometeu a começar a pagar a dívida no início de 2012, sem juros de mora que entretanto foram perdoados.

Relativamente à dívida à empresa João Salvador, ela não está paga porque se trata de uma das dívidas que estão ainda em negociação, pelo que se aguarda o desfecho da discussão.

Quanto à área fronteira à Zona Industrial, o Vereador afirmou que também gostava que as oliveiras estivessem maiores e que os arranjos tivessem sido diferentes, mas tendo em conta que o dinheiro que se destinava a essa obra já tinha sido gasto noutras coisas, aquela foi a obra que se pôde fazer.

No que se refere à contabilidade de custos, o Vereador explicou ao deputado Paulo Sardinheiro que este sistema já devia ter sido implementado em 2002, mas só agora, com este Executivo, se conseguiu fazê-lo. Quanto à afirmação de que agora que se estabilizou a situação financeira da autarquia o trabalho fica mais facilitado, o Vereador afirmou concordar com esta ideia, acrescentando que tal só foi possível porque este Executivo teve visão para conseguir equilibrar as contas. Relativamente, por fim, aos juros da dívida e juros de mora, o Vereador explicou que os juros que se eliminaram ou reduziram foram aqueles que os fornecedores exigiam pelo atraso no pagamento da dívida

O primeiro relatório semestral relativamente à execução do Plano de Saneamento Financeiro foi posto à votação, tendo sido aprovado por maioria com 9 votos a favor dos deputados da CDU e o deputado do PSD, com 5 abstenções dos deputados do PS, e duas ausências da sala, uma de um deputado do PS e outra do deputado João Vasco Peixinho.

O deputado João de Brito fez declaração de voto. O deputado votou favoravelmente este relatório para ser coerente com a sua posição, dado que já tinha

votado favoravelmente este plano de saneamento financeiro e as dúvidas que colocou acerca do relatório foram devidamente esclarecidas.

Período de Intervenção do Público

Intervenção do munícipe João de Brito. O munícipe falou enquanto representante do PSD, sugerindo ao Executivo que fornecesse as linhas de força do orçamento para 2012 a fim de que a força política à qual pertence possa elaborar um conjunto de propostas que vão dessa forma ao encontro do que está a ser trabalhado pelo Executivo e possam assim ser efectivadas, ao contrário do que aconteceu o ano passado, em que as sugestões do PSD não foram tidas em conta. Desta forma o PSD poderia ajustar as suas propostas àquilo que o Executivo considera exequível, permitindo uma colaboração mais profícua entre as forças de oposição e a força no poder.

O Presidente da Câmara disponibilizou-se para procurar corresponder ao pedido do munícipe. Quanto às propostas em si e à sua aceitação, não se trata da sua qualidade, o que é sempre subjectivo, mas tão-só da possibilidade de as enquadrar do ponto de vista financeiro e da opção política.

Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelo Presidente da Assembleia, eram vinte e três horas e trinta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta que foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

Presidente

1º

Secretário

2º

Secretário